



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
ARQUIVO NACIONAL

REGISTRO DE REUNIÃO



Registro da 2ª Reunião da Comissão de Coordenação do Siga em 2022

1. **Data:** 03/10/2022
2. **Horário:** 09h30 às 12h30
2. **Local:** Ministério da Justiça e Segurança Pública – Edifício sede, sala modular 02.
3. **Participantes:**

Membros da Comissão de Coordenação do Siga

Ricardo Borda D'Água de Almeida - Presidente CCSiga
Larissa Cândida Costa - Representante Órgão Central
Cíntia Aparecida de Moura e Silva - Suplente representante SISG
Fábia Lopes Junqueira - Presidente SubSiga/AGU
José Evilásio Barros Junior - Presidente SubSiga/CGU
José Rivaldo Cadette Imbeloni - Presidente SubSiga/PR
Marlos Roberto Ribeiro dos Santos - Presidente SubSiga/MCTI
Nilsa Paulo de Azevedo - Presidente SubSiga/MD
Eva Vilma Barbosa Soares - Presidente SubSiga/ME
Vanessa da Conceição Silva - Presidente SubSiga/MAPA
Felipe Galiza Pereira de Sousa - Presidente SubSiga/MC
Riane Ribeiro de Carvalho - Presidente SubSiga/MEC
Bruno Crescenti de Paiva - Presidente SubSiga/MJSP
Carla Fernandes e Oliveira - Presidente SubSiga/MMFDH
Michelle Ribeiro Cortes - Presidente SubSiga/MS
Fernando Franca e Gomes de Miranda - Presidente SubSiga/MCOM
João Eduardo Martin - Presidente SubSiga/MRE
Gleysielen Cardoso Neves - Presidente SubSiga/MME
Lucélia Alves de Aguiar - Presidente SubSiga/MDR
Regina Maria da Conceição Ibiapina - Presidente SubSiga/MMA
Lilian de Castro Medeiros - Presidente SubSiga/Bacen
Bárbara Soares Santos - Presidente SubSiga/MTP

Demais participantes

Ênio Soares Dias - Representante MINFRA
Henrique César de Jesus Picoli - Superintendente Regional do Distrito Federal
Fernando Matias da Costa - Superintendência Regional no Distrito Federal

Sallya de Oliveira Pereira - Superintendência Regional no Distrito Federal

Juliana Rocha de Deus - Superintendência Regional no Distrito Federal

Fernanda Vasconcelos Mesiano - Superintendência Regional no Distrito Federal

Membros ausentes

Nádia Barbosa Gonçalves - Presidente da SubSiga/MINFRA

O presidente da CCSIGA e diretor geral do Arquivo Nacional, Ricardo Braga, abriu a reunião enfatizando a importância da gestão de documentos e arquivos e da instância máxima de governança do Siga para a eficiência da administração pública. Convidado a participar da reunião, o Superintendente Regional do Distrito Federal, Henrique Picoli, se apresentou e ressaltou os investimentos da unidade regional em ampliar os espaços de armazenamento de documentos permanentes em Brasília.

Após apresentações iniciais a reunião foi conduzida pela coordenadora técnica do Siga, representante do órgão central na CCSIGA - Larissa Costa. O objetivo da reunião foi apresentar aos membros da CCSIGA o andamento dos trabalhos planejados e executados em 2022 pelo Arquivo Nacional como órgão central do sistema. Os assuntos tratados foram:

Informe sobre a ação civil pública nº 500659671.2022.4.02.5101, em curso na 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, que trata da suspensão da eliminação de documentos públicos. - Primeiramente, foi informado aos membros da CCSIGA que devem aguardar a decisão judicial e que as eliminações em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal estão suspensas, mesmo aqueles que já haviam recebido, anteriormente, a autorização do Arquivo Nacional (AN) para eliminação.

Universo do SIGA - Foi apresentado o resultado do trabalho realizado de revisão do universo do Siga, com a atualização de conceitos e quantitativos referentes aos órgãos setoriais, seccionais e correlatos. Esclareceu que cabe ao órgão setorial se manifestar sobre a indicação de seus respectivos correlatos e que restava apenas o alinhamento com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI), Ministério da Infraestrutura (MINFRA) e Ministério da Saúde (MS), para a finalização do trabalho e publicação da Instrução Normativa.

Política de Gestão de Documentos e Arquivos—Foi apresentada a estrutura da política, que abrange o PROGED e o PGDoc, com conceitos, princípios e orientações. Larissa Costa informou aos representantes da CCSiga sobre o andamento das reuniões com a Casa Civil e a expectativa para a aprovação do Decreto que institui a PGDeArq, com perspectiva até o final do ano. Esclareceu ainda, que de acordo com a Lei 8.159/91, somente os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores possuem autorização para a guarda compartilhada de documentos permanentes, informou que o Arquivo Nacional tem trabalhado em uma estrutura para a acreditação, acompanhamento e viabilização da custódia compartilhada. Esta estratégia está prevista na PGDeArq.

Programa de Gestão de Documentos e Arquivos – Foi apresentado os aspectos gerais do Programa da Gestão de Documentos e Arquivos (PROGED), que será instituído pela PGDeArq, esclarecendo suas finalidades e estratégias de implementação. Por fim, foram apresentadas as etapas de aprovação do PROGED, no período de 2023 a 2026, que incluem sua elaboração, validação pelo CGI-AN, submissão e aprovação pela CCSiga, culminando com a publicação de normativo que irá regulamentar sua execução.

Plano de Gestão de Documentos e Arquivos—foi apresentado o propósito do Plano de Gestão de Documentos e Arquivos (PGDoc), qual seja, instrumento principal de planejamento e implementação de todas as iniciativas relativas à gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do Siga. Ainda, como forma de compromisso da alta gestão, informou que o dirigente máximo que deverá assinar o PGDoc. Os membros da CCSIGA receberão treinamento específico para a elaboração e monitoramento dos PGDocs.

Diagnóstico – O próximo tópico da reunião, foi sobre a primeira etapa do Diagnóstico da Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal: o Levantamento da Situação Arquivística (LSA). Foi informado que o objetivo desse levantamento é a identificação da infraestrutura, da volumetria e dos custos operacionais envolvidos. A Larissa Costa ressaltou a baixa adesão dos órgãos seccionais ao LSA, de apenas 29%, pontuando que houve instabilidades da ferramenta, SIG-Siga. Foram apresentados os resultados coletados através do LSA (adesão, unidades responsáveis pela gestão de documentos (GD), custo com mão de obra terceirizada, quantidade de massa documental tratada e acumulada), entre outros tópicos do formulário LSA. Larissa Costa enfatizou a importância dos órgãos ao responder o questionário, e que as informações prestadas servirão de subsídios para a condução dos trabalhos da CCSiga. Foi informado aos membros, que o relatório completo sobre o LSA, será publicado no site do Arquivo Nacional.

Ainda sobre o Diagnóstico da Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal, Larissa Costa apresentou a metodologia do Levantamento do Índice de Maturidade em Gestão de Documentos e Arquivos (LIM), que será aplicada na próxima etapa do diagnóstico e tem por objetivo mensurar o grau de adesão dos órgãos e entidades do Siga às boas práticas arquivísticas. Larissa Costa informou que ainda não há data definida para o início desse levantamento. Foi informado também aos membros que está sendo articulado junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) a inclusão das práticas de gestão de documentos no rol do Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGG). Por fim, foi questionada pela representante do SISG, Cíntia Aparecida, se o formulário do LIM contemplaria de forma específica a questão dos documentos sigilosos. Em resposta, Larissa Costa informou que será contemplado e o SISG será convidado para uma agenda específica sobre esse tema.

Cadastro SIG-Siga – Foi informado pela representante do órgão central, que a motivação para todos se cadastrarem no sistema é utilizar as suas funcionalidades e conhecer melhor o perfil do servidor que está trabalhando com a gestão de documentos. A representante da SubSiga/MMFDH, Carla Fernandes, questionou por que o AN não faz a identificação do perfil dos terceirizados. Larissa respondeu que esse levantamento da quantidade de terceirizados e os gastos anuais foram questões feitas no formulário do LSA. Carla informou que na situação do órgão dela, por exemplo, a execução das atividades é realizada por arquivista terceirizado, sendo assim, ela questiona por que os terceirizados não podem fazer cadastro no SIG-Siga; João Eduardo do Ministério da Relações Exteriores (MRE) sugeriu incluir dados dos terceirizados, argumentando que seria um dado importante inclusive para direcionamento das capacitações. Larissa esclareceu que a mão de obra contratada deveria ter como pré-requisito a competência em gestão, ao que Cíntia informou que existe nos órgãos o caso de contratações gerais e não especificamente para a execução de atividades arquivísticas, mas que são deslocados para essas atividades; Eva Vilma do Ministério da Economia (ME), informou que o posto de trabalho com mão de obra qualificada (arquivista) é mais cara do que para auxiliar administrativo e, por isso, as áreas técnicas tem dificuldade de manter o posto (arquivista). Eva ainda informou que está num embate com a área de contratação do ME para fazer manutenção de postos de trabalho com mão de obra especializada. Regina Ibiapina da Sub-Siga/MMA, informou que também tem dificuldade de contratar posto especializado. Nesse assunto, vários órgãos relataram questões sobre os mesmos problemas, dificuldades de contratar mão de obra especializada porque é mais cara, dificuldade de manter a continuidade dos contratos e das ações.

Dados das capacitações em EAD do Arquivo Nacional – Aproveitando o ensejo sobre o questionamento da não capacitação dos terceirizados, a Larissa apresentou os seis cursos na modalidade Ensino a Distância (EAD) oferecidos pela ENAP, em parceria com o AN. Informando que os cursos são gratuitos e abertos a todos. **Projeto Gestão Arquivística** – Próximo assunto da pauta foi a apresentação do Projeto Gestão Arquivística. A Larissa Costa explicou que esse projeto é uma parceria entre o AN e a Central de Compras do ME. Em suma, o objetivo desse projeto será ofertar serviços, por meio de contratações centralizadas, para realizar serviços de diagnóstico arquivístico, tratamento de acervo, digitalização, guarda terceirizada e estudo técnico para elaborar os instrumentos de gestão (CCD e TDD). O Presidente da CCSiga, Ricardo Braga, enfatizou a importância da precisão no levantamento dos dados referentes à situação arquivística por parte dos órgãos, e o quanto isso irá reverberar nas melhores estratégias para a contratação dos serviços. Nessa seara, foram suscitadas questões por parte dos membros, como do MCTI, Marlos Roberto, e da Riane Ribeiro do MEC, relatando a grande dificuldade em conseguirem servidores para ocupar o posto, mesmo com a oferta de GSISTE, por meio de processo seletivo.

Projeto Siga 2035 – Seguindo para o último item da pauta, foi apresentado o Projeto Siga 2035 – Construção de cenários Prospectivos em Gestão de Documentos e Arquivos na Administração Pública Federal. Larissa Costa informou que o projeto é uma parceria entre o AN e o IPEA, e que tem o objetivo de traçar estratégias de atuação para o Siga pelos próximos 15 anos. Ainda que, nesse primeiro momento o resultado do projeto Siga 2035, tenha ficado apenas com a perspectiva do AN, como foi informado, a ideia é enriquecer os resultados com uma perspectiva mais ampla, que contemple também o olhar dos órgãos setoriais, seccionais e correlatos do Sistema.

Outros pontos abordados pelos membros da CCSIGA

Necessidade de melhoria na comunicação por parte do AN, como por exemplo, os convites enviados, seriam ou não enviados por ofício, os prazos para cadastramento e preenchimento dos formulários, quando houver.

Solicitação de que o AN agende reuniões com SPOAS ou criar mecanismos do Siga para que os presidentes façam essa conexão, para sensibilizar a alta gestão e viabilizar o desenvolvimento dos trabalhos. Em resposta, Larissa Costa informou em que a agenda do próximo Seminário do Siga, será destinada à sensibilização dos SPOAS e Secretários Executivos.

Relatos de dificuldade para cadastramento do sistema SIG-Siga e as dificuldades com os perfis. Em resposta, Larissa Costa relembrou que o sistema ainda está em fase de ajustes finais e se comprometeu a realizar mais testes nas próximas etapas, antes de liberar o formulário do LIM.

Aprovação

Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos membros da Comissão de Coordenação do Siga acima identificados.

No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Gleysielen Cardoso Neves, Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fernandes e Oliveira, Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Rivaldo Cadete Imbeloni, Usuário Externo**, em 06/12/2022, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucélia Alves de Aguiar, Usuário Externo**, em 07/12/2022, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARLOS ROBERTO RIBEIRO DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 08/12/2022, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian de Castro Medeiros, Usuário Externo**, em 08/12/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilsa Paulo de Azevedo, Usuário Externo**, em 08/12/2022, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Ribeiro Côrtes de Souza, Usuário Externo**, em 08/12/2022, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Crescenti de Paiva, Usuário Externo**, em 12/12/2022, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Borda D'Agua de Almeida Braga, Diretor-Geral do Arquivo Nacional**, em 21/12/2022, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Cândida Costa, Superintendente de Gestão de Documentos e Arquivos**, em 22/12/2022, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Galiza Pereira de Souza, Usuário Externo**, em 03/01/2023, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.arquivonacional.gov.br/autentica>, informando o código verificador **0238729** e o código CRC **F395D873**.